



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências da Educação
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



MARCELI PEREIRA DE ANDRADE

**FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS PELOS
BIBLIOTECÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Florianópolis, 2008.

MARCELI PEREIRA DE ANDRADE

**FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS PELOS
BIBLIOTECÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Orientação de: Prof. Dra. Ursula Blattmann

Florianópolis, 2008.

Ficha catalográfica elaborada pela graduanda de Biblioteconomia/ Universidade Federal de Santa Catarina. Marcell Pereira de Andrade

A553f ANDRADE, Marcell Pereira de, 1987 -

Fontes de informação utilizada pelos bibliotecários do Ministério Público Federal / Marcell Pereira de Andrade. -- Florianópolis, 2008.

52 f., il. color.

Orientadora: Ursula Blattmann.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)-
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da
Educação, 2008.

1. Fontes de informação jurídica. 2. Bibliotecário jurídico. 3. Ministério
Público Federal. I. Título.

CDD 020.623

Marceli Pereira de Andrade

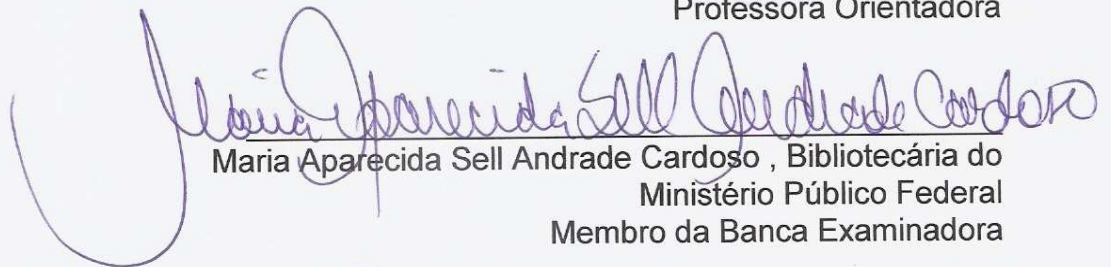
**Fontes de informação utilizadas pelos bibliotecários do Ministério
Público Federal.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Biblioteconomia,
do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com
nota 10,000

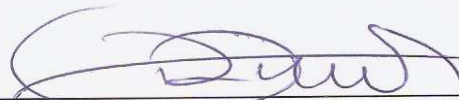
Florianópolis, 18 de novembro de 2008 .



Ursula Blattmann, Dra. UFSC – CED – CIN
Professora Orientadora



Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso , Bibliotecária do
Ministério Público Federal
Membro da Banca Examinadora



Raimundo Nonato Macedo dos Santos, Dr. UFSC – CED – CIN
Membro da Banca Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, e meus irmãos que sempre estiveram presentes, apoiando as minhas decisões e escolhas, dando amor e carinho para seguir esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marcelo e Margarete, os responsáveis por essa vitória em minha vida. Obrigado pelo amor, carinho, incentivo e pela presença constante em todos os momentos de minha vida, sempre me motivando a seguir em frente. Amo vocês.

Aos meus irmãos, Marina e Marcelo, pela paciência e compreensão nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Agradeço aos professores do curso, em especial à Professora Dra. Ursula Blattmann pela atenção, colaboração e por todo conhecimento, entusiasmo e profissionalismo com que orientou todas as etapas no desenvolvimento de meu trabalho.

À toda equipe da biblioteca da Procuradoria da República no estado de Santa Catarina, pela amizade e pelos conhecimentos transmitidos, e em especial à bibliotecária Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso que contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao pessoal da van, pelo companheirismo, pelas amizades que fiz durante esses quatro anos de idas e vindas (Itajaí/ Florianópolis).

À turma de Biblioteconomia 2005/1, pelas amizades que fiz durante o curso, das quais levarei para resto de minha vida, especialmente a Carolini da Rocha e a Karla Peres pelas experiências trocadas, pelo incentivo, pela colaboração.

Aos meus amigos e familiares que torceram pelo meu sucesso. E, agradeço especialmente a DEUS pela vida, pela oportunidade de estar concluindo este trabalho, e por ter me dado forças para chegar até aqui.

ANDRADE, Marcell Pereira de Andrade. **Fontes de Informação utilizada pelos bibliotecários do Ministério Público Federal**. Florianópolis, 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RESUMO

Com a expansão do volume de documentos jurídicos, sua diversificação e atualização periodicamente torna-se importante conhecer, saber avaliar as fontes seguras de informação jurídica, pois se trata da base essencial aos profissionais da área de Direito. Por este motivo, a pesquisa teve por objetivo caracterizar as fontes de informação utilizadas pelos bibliotecários do Ministério Público Federal (MPF), no segundo semestre de 2008. Na fundamentação teórica, apresenta as bibliotecas do MPF, as competências e habilidades do bibliotecário jurídico, e as fontes de informação da área jurídica. A natureza do estudo caracteriza-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório, o universo compreende 84 bibliotecários da rede de bibliotecas do MPF, aplicando-se um questionário por correio eletrônico como instrumento de coleta de dados. Através do retorno de 22 questionários, os resultados apontam as fontes de informação jurídica mais utilizadas pelos bibliotecários são as da área de direito: Legislação, Doutrina e Jurisprudência. A atualização consiste em participar de eventos da área da biblioteconomia e também do direito. Entre as dificuldades estão o uso da terminologia explorada na recuperação da informação.

Palavras-chave: Fontes de informação jurídica; Bibliotecários jurídicos; Ministério Público Federal.

ANDRADE, Marcell Pereira de Andrade. **Fontes de Informação utilizada pelos bibliotecários do Ministério Público Federal**. Florianópolis, 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ABSTRACT

Because of the increase in the amount of legal documents, its diversity and frequent updating, it is important to know and to know how to evaluate the legal safe information because they are the essential bases for the professionals of the law area. Taking this fact into consideration, this qualitative and exploratory research had as the main purpose to point out the information sources used by the librarians from Ministério Público Federal (MPF) during the second term of 2008. Together with the theoretical background, the research presents the MPF libraries, the law librarians' competences and abilities and the information sources of the law area as well. Ninety-eight librarians from the MPF were involved in the research. The data were collected from a questionnaire sent by e-mail to the participants. Twenty-two questionnaires were answered and the results showed that the most legal information sources used by the librarians were from the law area: legislation, doctrine and jurisprudence. The research also showed that the librarians try to keep up-to-date participating in events in the library and law areas. Some of the participants showed some difficulties in the language used to retrieve efficiently the information used by the users.

Keywords: Legal Information sources; Law Librarians; Ministério Público Federal.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Bibliotecas do Ministério Público Federal divididas por Região	24
Gráfico 2 – Retorno dos questionários	26
Gráfico 3 - Fontes de informação jurídica utilizada pelos Bibliotecários do MPF	28
Gráfico 4 – Freqüência de uso das Fontes de Informação	29
Gráfico 5 – Dificuldades em utilizar as fontes	30
Gráfico 6 – Fontes utilizadas em formato digital	31
Gráfico 7 – Freqüência de uso das fontes utilizadas em formato digital	32
Gráfico 8 – Recursos utilizados para troca de informações	34
Gráfico 9 – Freqüência de uso dos recursos utilizados	35
Gráfico 10 – Situações em que o bibliotecário utiliza os recursos	37
Gráfico 11 – Base de dados jurídicas	38
Gráfico 12 – Freqüência de uso nas bases de dados jurídicas	39
Gráfico 13 – Sites jurídicos	41
Gráfico 14 – Sites jurídicos mais acessado pelos bibliotecários do MPF	41
Gráfico 15 – Participação em eventos da área de Biblioteconomia	43
Gráfico 16 – Participação em eventos da área jurídica	44
Gráfico 17 – Retorno dos resultados obtidos na pesquisa	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Norte	18
Quadro 2 – Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Nordeste	18
Quadro 3 - Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Sul	18
Quadro 4 – Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Sudeste	19
Quadro 5 –Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Centro – Oeste	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema da Pesquisa	13
1.2 Justificativas	13
1.2.1 Justificativas sociais	13
1.2.2 Justificativas científicas	14
1.2.3 Justificativas pessoais	14
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4 Estrutura da pesquisa	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Bibliotecas especializadas do Ministério Público Federal	17
2.2 Bibliotecário jurídico	20
2.3 Fontes de informação da área jurídica	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 Características da pesquisa	23
3.2 Delimitações da pesquisa	24
3.3 Instrumento de coleta de dados: questionário	25
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
4.1 Fontes de informação jurídica	27
4.2 Dificuldades em utilizar as fontes jurídicas	29
4.3 Formato das fontes de informação jurídica utilizadas pelos bibliotecários	31
4.4 Recursos utilizados para troca de informação entre bibliotecários da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal	33
4.5 Base de dados da área jurídica utilizada pelos bibliotecários	38
4.6 Sites jurídicos utilizado pelos bibliotecários	40
4.7 Participação em eventos na área de Biblioteconomia	42
4.8 Participação em eventos na área jurídica	44
4.9 Retorno dos resultados da pesquisa	45
5 CONCLUSÕES DA PESQUISA	47
5.1 Recomendações e sugestões para outros estudos de TCC	47
5.2 Sugestões ao Curso de Biblioteconomia	48
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A – Mensagem e questionário enviado por e-mail	51

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das tecnologias da informação e a explosão informacional que vem surgindo, torna-se mais fácil qualquer pessoa disponibilizar informações de diversas espécies nas páginas da web. Para isso, é importante conhecer critérios de seleção e avaliação dessas informações para que a informação incorreta não cause nenhum dano a uma pessoa que precisa muito dessa informação para uma tomada de decisão. O mesmo afirma Silva (2005, p. 20) quando relata três passos que considera fundamental para a valorização das informações, tais como: a pesquisa, a seleção e como usar as informações, e ainda afirma que “A seleção mal elaborada pode causar danos incalculáveis quanto ao uso dessas informações.”

Tomaél et. al. (2001, p. 2) relata que “ Este *boom* da informação eletrônica demanda profissionais aptos para o desenvolvimento de serviços específicos de seleção, tratamento e recuperação da informação.” Neste contexto, o bibliotecário vai se distinguir pelo seu conhecimento, e sua capacidade de separar as informações válidas e úteis.

Rezende e Machado (2000, p. 53) afirmam que a internet é uma fonte de informação que disponibiliza os seus diversos serviços, além de possibilitar o acesso a bases de dados de várias áreas e também aos acervos de várias instituições e bibliotecas, de forma rápida e eficiente, facilitando assim o trabalho do bibliotecário.

As informações precisas, atualizadas, têm-se tornado de grande valia, e com o advento da internet, torna-se mais fácil buscar essas informações. O mesmo afirma Silva (2005, p. 18) quando relata que “a informação passou a ter um valor altamente significativo para as pessoas e instituições, representando *poder* para quem a possui.” Sendo assim “a informação passa a ser um recurso sinérgico: quanto mais a temos, mais a usamos e mais útil se torna”. Este é o caso dos advogados, procuradores, juízes que muito precisam das informações para se manterem informados das leis que estão sendo revogadas, as leis que estão entrando em vigor, e saber o que está sendo estudado e publicado nos ramos em que o direito é dividido. A busca por essa informação é necessária para que os profissionais possam estar preparados e capacitados no atual mercado de trabalho que exige cada vez mais desses profissionais.

Rezende e Machado (2000, p.51) afirmam que com o aumento de informações publicadas, elas deixam o seu suporte físico para o digital, sendo assim, neste novo contexto “a tecnologia da informação pode ser considerada uma das principais ferramentas a serem utilizadas para obtenção de ganhos de qualidade e produtividade, principalmente se considerarmos sua rapidez e confiabilidade”. Lembrando que além de ter critérios na avaliação das fontes de informação, que são classificadas em primárias, secundárias e terciárias, é importante saber como utilizá-las e é necessário que o bibliotecário tenha habilidades para desenvolver essas tarefas com rapidez, fornecendo assim a informação em menor tempo possível ao usuário.

1.1 Problema da Pesquisa

Parte-se do pressuposto que as bibliotecas especializadas têm a função de fornecer a informação e o conhecimento necessário ao exercício profissional, com isso surge a questão: quais as fontes de informação que os bibliotecários da área jurídica da rede de bibliotecas especializada do Ministério Público Federal (MPF) utilizam para obter a informação relevante aos seus usuários.

1.2 Justificativas

São apresentadas, a seguir, as justificativas sociais, na qual é explícita a função social que a informação representa aos profissionais da área jurídica. Nas justificativas científicas, apresentou-se a importância das fontes de informações jurídicas aos profissionais bibliotecários, e nas justificativas pessoais são levados em conta os motivos da pesquisadora com o desenvolvimento da escolha do tema desta pesquisa.

1.2.1 Justificativas sociais

A informação jurídica é a base essencial ao ofício dos profissionais do direito, sendo também eleita como componente indispensável à eficiência do Poder Público, pois serve como exercício funcional de instituições tanto públicas como privadas, na

qual, possui a informação jurídica como instrumento de trabalho, orientando as questões legais das instituições e empresas entre si. Essas informações estão contidas em leis, decretos, decisões, artigos doutrinários, portarias, dentre outras. Barros (2004, p. 205)

Diante da necessidade de se aprofundar no assunto, buscou-se caracterizar as fontes de informação da área jurídica relevantes, de qualidade e atualizadas, visando atender às necessidades informacionais dos usuários especializado. Afinal essa é uma das principais funções do profissional bibliotecário.

1.2.2 Justificativas científicas

A importância das fontes de informação da área jurídica no meio biblioteconômico é ressaltada no artigo de Barros (2004, p. 201), no qual afirma que “o grande número de documentos jurídicos e a sua diversificação dificultam o trabalho de pesquisa do usuário”. Assim compreende-se a necessidade do bibliotecário, estar buscando as informações em fontes confiáveis, independente do formato/suporte em que a informação está inserida, além de selecioná-la, tratá-la e em seguida disponibilizar ao usuário de forma ágil e eficiente.

1.2.3 Justificativas pessoais

A pesquisadora atua como estagiária na biblioteca do Ministério Público Federal/ Procuradoria da República no estado de Santa Catarina, desde 2007, e observa a importância de conhecer, saber avaliar as fontes seguras de informação relevantes aos usuários especializados, isto é, usuários que já possuem uma formação e procuram informações específicas da sua área, ou também usuários que utilizam a informação jurídica para determinado fim.

Para o desenvolvimento da pesquisa, escolheu-se o bibliotecário pelo fato de ser o profissional da informação, na qual obtém maiores competências e habilidades na busca da informação precisa e relevante, já que os usuários possuem critérios de avaliação das fontes diferenciadas dos bibliotecários.

Espera-se, com a realização desta pesquisa, conhecer as fontes de informação existentes na área jurídica, especificamente as utilizadas pelos bibliotecários do MPF, e também avaliar o grau de dificuldades no uso das mesmas, além de especificar em quais formatos (impresso X digital) os bibliotecários preferem utilizá-las.

1.3 Objetivos

A pesquisa visa caracterizar as fontes de informação utilizadas pelos bibliotecários jurídicos do Ministério Público Federal.

1.3.1 Objetivo geral

Identificar quais as fontes de informação da área jurídica são utilizadas pelos bibliotecários do Ministério Público Federal no Brasil.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar a quantidade e frequência de uso das fontes de informação na área jurídica utilizadas pelos bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal;
- b) Identificar se os bibliotecários possuem dificuldades quanto ao uso das fontes de informação jurídica.
- c) Caracterizar em que formato (digital e impresso) os bibliotecários preferem utilizar as fontes de informação;
- d) Identificar quais os recursos utilizados para as trocas de informações entre os bibliotecários da rede de bibliotecas do MPF, além de caracterizar em que situações eles utilizam esses recursos;

- e) Identificar quais as bases de dados jurídicas utilizadas com maior frequência pelos bibliotecários da rede de bibliotecas do MPF; e,
- f) Verificar se os bibliotecários do MPF procuram se atualizar nas áreas em que estão atuando: Biblioteconomia e Direito.

1.4 Estrutura da pesquisa

A presente pesquisa está estruturada em seis seções: na primeira seção apresenta-se a introdução, importância do tema, as justificativas, o problema da pesquisa e os objetivos propostos.

Na segunda seção é apresentada a revisão de literatura para o desenvolvimento da pesquisa, abordando os temas: biblioteca especializada do Ministério Público Federal, bibliotecário jurídico e as fontes de informação da área jurídica.

A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, descreve o instrumento utilizado na coleta de dados para avaliação das fontes utilizadas pelos bibliotecários do MPF.

Na quarta seção são apresentados os resultados obtidos com base no instrumento de coleta de dados, definido na seção anterior, e em seguida é feita a análise dos resultados.

Na quinta seção são apresentadas as conclusões da pesquisa, as recomendações e sugestões para outros estudos de trabalhos de conclusão de curso (TCC) e também sugestões ao curso de biblioteconomia, e em seguida as referências utilizadas no desenvolvimento da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentada a revisão de literatura para o desenvolvimento da pesquisa, abordando os temas: biblioteca especializada do Ministério Público Federal, bibliotecário jurídico e as fontes de informação da área jurídica.

2.1 Bibliotecas especializadas do Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal (MPF) não faz parte de nenhum dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. O MPF é o 4º poder, pertencendo ao Ministério Público da União, o qual funciona na qualidade de custos legis (fiscal da lei). Sendo assim, o MPF tem como principal função

[...]defender os direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais regionais federais, os juízes federais e juízes eleitorais. O MPF atua nos casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público, seja em virtude das partes ou do assunto tratado. Também cabe ao MPF fiscalizar o cumprimento das leis editadas no país e daquelas decorrentes de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Além disso, o Ministério Público Federal atua como guardião da democracia, assegurando o respeito aos princípios e normas que garantem a participação popular. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2008)

A rede de bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF) tem como objetivo o “controle dos documentos bibliográficos como no compartilhamento e disseminação da informação no âmbito do MPF”, utilizando-se assim o sistema integrado de bibliotecas Pergamum, para o intercâmbio entre as bibliotecas da RBMPF, na qual, é composta por 37 bibliotecas nos estados brasileiros. As quais são mencionadas nos quadros a seguir:

REGIÃO NORTE

REGIÃO NORTE	E-MAIL
Procuradoria da República do Acre	biblioteca@prac.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Amapá	biblioteca@prap.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Amazonas	farides@pram.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Pará	biblioteca@prpa.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Rondônia	biblioteca@prro.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Roraima	biblioteca@prrr.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Tocantins	biblioteca@prto.mpf.gov.br

Quadro 1: Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Norte

Fonte: Adaptação da autora com base no Ministério Público Federal.

REGIÃO NORDESTE	E-MAIL
Procuradoria da República do Alagoas	biblioteca@pral.mpf.gov.br
Procuradoria da República da Bahia	biblioteca@prba.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Ceará	biblioteca@prce.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Maranhão	biblioteca@prma.mpf.gov.br
Procuradoria da República da Paraíba	biblioteca@prpb.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Pernambuco	biblioteca@prr5.mpf.gov.br
Procuradoria da República da 5ª Região (Recife)	biblioteca@prr5.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Piauí	biblioteca@prpi.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Rio Grande do Norte	biblioteca@prrn.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Sergipe	biblioteca@prse.mpf.gov.br

Quadro 2: Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Nordeste

Fonte: Adaptação da autora com base no Ministério Público Federal.

REGIÃO SUL	E-MAIL
Procuradoria da República do Paraná	biblioteca@prpr.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Santa Catarina	biblioteca@prsc.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Rio Grande do Sul	biblioteca@prrs.mpf.gov.br
Procuradoria da República da 4ª Região (Porto Alegre)	biblioteca@prr4.mpf.gov.br

Quadro 3: Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Sul

Fonte: Adaptação da autora com base no Ministério Público Federal

REGIÃO SUDESTE	E-MAIL
Procuradoria da República do Espírito Santo	biblioteca@pres.mpf.gov.br
Procuradoria da República de Minas Gerais	biblioteca@prmg.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Rio de Janeiro	biblioteca@prrj.mpf.gov.br
Procuradoria da República da 2ª Região (Rio de Janeiro)	biblioteca@prr2.mpf.gov.br
Procuradoria da República de São Paulo	biblioteca@prsp.mpf.gov.br
Procuradoria da República da 3ª Região (São Paulo)	biblioteca@prr3.mpf.gov.br

Quadro 4: Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Sudeste

Fonte: Adaptação da autora com base no Ministério Público Federal.

REGIÃO CENTRO – OESTE	E-MAIL
Procuradoria Geral da República (CDIJ/PGR - Brasília)	apoioinstitucional@pgr.mpf.gov.br
Procuradoria da República da 1ª Região (Brasília)	biblioteca@prr1.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Distrito Federal	biblioteca@prdf.mpf.gov.br
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)	cci@pgr.mpf.gov.br
4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Brasília)	4camara@pgr.mpf.gov.br
6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Brasília)	6camara@pgr.mpf.gov.br
Escola Superior do Ministério Público da União	biblioteca@espmu.gov.br
Procuradoria da República de Goiás	biblioteca@prgo.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Mato Grosso	biblioteca@prmt.mpf.gov.br
Procuradoria da República do Mato Grosso do Sul	biblioteca@prms.mpf.gov.br

Quadro 5: Bibliotecas do Ministério Público Federal da Região Centro - Oeste

Fonte: Adaptação da autora com base no Ministério Público Federal.

A biblioteca especializada possui um acervo especializado, dependente da área em que a instituição em que está vinculada atua. De acordo com Ferreira e Melo (2006, p. 3) bibliotecas jurídicas são bibliotecas que possuem o seu acervo constituído por uma “coleção de livros e outros documentos na área jurídica, fornecendo informações que seja útil para sua clientela”. Na mesma linha de pensamento, Briquet de Lemos (2005, p. 109) afirma que as bibliotecas especializadas são vinculadas a instituições públicas ou privadas e “que se destinam prioritariamente ao atendimento de uma clientela formada por especialistas, dedicados integralmente à pesquisa ou à prestação de serviços”.

Na biblioteca do Ministério Público Federal, seu acervo é totalmente voltado à informação e documentação da área jurídica e seu público alvo são usuários já experientes que precisam de informações de qualidade. Segundo Atienza (1979, p.19) a documentação jurídica é

[...]a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-lei, atos, resoluções, portarias, projetos de lei ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos etc.) e jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos e administrativos.

Essas documentações e as informações contidas nesses documentos são a base do direito.

2.2 Bibliotecário jurídico

Com o grande volume de informações disponibilizadas em diversos suportes, faz-se necessário um profissional hábil no gerenciamento, organização e seleção dessas informações, principalmente nas informações disponibilizadas via web, composta de muito lixo informacional, pois qualquer pessoa pode disponibilizar informações de diversas espécies. O bibliotecário é o profissional da informação que possui essas habilidades e competências. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) os profissionais da informação

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

Para isso é necessário que o bibliotecário busque novos conhecimentos, tenha uma educação continuada, adquirindo habilidades na exploração e tratamento de fontes de informação confiáveis, seguras e de qualidade, podendo assim disseminar as informações precisas e relevantes aos seus usuários finais, principalmente quando se trata de informações especializadas, como é o caso das bibliotecas especializadas do Ministério Público Federal. Mais para isso faz-se necessário o conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de forma prática,

rápida e eficaz, todos os documentos pertinentes, facilitando assim a pesquisa e a utilização dos mesmos, pelos profissionais da área jurídica, sendo que este é o principal papel do bibliotecário jurídico. (SILVA, p. 23, 2005).

Com a vasta produção da informação jurídica, o profissional da informação deve estar se atualizando tanto na área da biblioteconomia, para saber os critérios de avaliação das diversas fontes de informação pertinentes a área jurídica, além de se atualizar na área do direito, e trabalhar em conjunto com os profissionais da área jurídica para conhecer as terminologias utilizadas pelos profissionais dessa área, tendo sempre em vista atender às necessidades informacionais de seus usuários. O mesmo afirma Passos (2001) quando relata que

o bibliotecário jurídico precisa equilibrar-se entre dois mundos, o das fontes tradicionais de informação e os novos instrumentos que surgem. Sua grande habilidade para sobreviver como profissão reconhecida e relevante para sociedade é adaptar-se sempre e acompanhar as transformações, sem menosprezar ou supervalorizar nenhuma fonte de informação.

Silva (2005, p. 12) afirma que para usufruir da tecnologia, se deve explorá-la ao máximo, “mas sempre em benefício do usuário de uma unidade de informação, sendo ele o início, meio e fim que justificará toda a importância do nosso trabalho”.

Portanto uma das vantagens do bibliotecário especializado, é que ele atende um número restrito de usuários, sendo assim, é possível conhecer bem em que área cada usuário trabalha, pesquisa, e fazer a disseminação seletiva da informação (DSI) para cada usuário.

2.3 Fontes de informação da área jurídica

Com a vasta produção de informação jurídica é preciso saber selecionar as fontes de informação relevantes e atualizadas para os usuários especializados. Segundo Barros (2004, p. 201) “as publicações impressas não conseguem acompanhar o crescimento exponencial da produção legislativa, jurisprudencial ou doutrinária, que as tornam desatualizadas em pouco tempo.” Com isso, pode-se afirmar que

No campo do direito, a informática representou uma grande aliada na organização e recuperação da informação jurídica. Há algumas décadas, o profissional jurídico contava com poucos recursos para saber, por exemplo, que leis estavam em vigor e quais já teriam sido revogadas (BARROS, 2004, p. 202)

Com isso o bibliotecário jurídico passou a utilizar não somente as fontes tradicionais de informação, mais também as fontes de informação advindas das tecnologias da informação. Mais isso não significa que as fontes de informação impressas deixaram de ser importante. Para caracterizar esta informação Barros (2004, p.202) afirma que as fontes impressas de informação têm uma importância inquestionável, além de sua praticidade de pesquisa, mais com o recurso de computadores, pode-se ter o acesso as fontes de informação jurídica atuais.

As fontes de informação são divididas em três categorias: documentos primários, na qual, contêm informações novas ou novas idéias, já os documentos secundários contêm informações do documento primário que são interpretados segundo um plano definitivo, e por fim os documentos terciários que tem como função, apresentar uma síntese de informações primárias e secundárias, sendo que na maioria não trazem nenhum assunto como um todo, mais corresponde às necessidades do usuário. (Grogan 1970 apud Cunha 2001, p. ix).

Barros (2004, p. 203) afirma que na área jurídica as fontes de informação do direito subdividem-se em fonte primária e secundária. O mesmo autor elege a legislação como fonte principal, pois é “entendida como uma norma geral, escrita, coercitiva, que obedece a um rito peculiar de elaboração, proveniente do processo legislativo pela entidade competente” e considera como fontes secundárias a Jurisprudência, na qual, “consiste no conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando o mesmo entendimento, orientando-se pelo mesmo critério e concluindo do mesmo modo” e por fim a Doutrina sendo que é “a interpretação de autores, juristas e escritores acerca de uma norma ou decisão jurídica”. Estas são as principais fontes de informação do direito, elas serão utilizadas como foco desta pesquisa.

Na seção seguinte é apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. A revisão de literatura serviu como embasamento para compreender quais as fontes de informação da área jurídica, bem como o uso das mesmas pelos bibliotecários do MPF, além de definir melhor o tema e organizar a metodologia descrita a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 83) método científico

é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Os procedimentos metodológicos são apresentados com o intuito de assegurar a execução dos objetivos e as etapas metodológicas utilizadas na pesquisa.

Pesquisa científica segundo Gil (1999, p. 48) é a realização de uma investigação planejada, na qual é “desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.”

Apresenta-se nesta seqüência a característica da pesquisa, suas delimitações e o instrumento de coleta de dados utilizado.

3.1 Características da pesquisa

A natureza do estudo consistiu em uma abordagem qualitativa, que buscou a percepção e a interpretação dos bibliotecários analisados, em relação ao assunto pesquisado. A pesquisa qualitativa utiliza-se de dados não quantificáveis, segundo Figueiredo (2004, p. 107) esses dados “coletam e analisam materiais pouco estruturados e narrativos, que não necessitam tanto de uma estrutura, mas em compensação requerem o envolvimento do pesquisador ao máximo.”

Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa foi de caráter exploratório. Para Vieira (2002, p.65), pesquisa exploratória tem a função de proporcionar ao pesquisador “uma maior familiaridade com o problema em estudo. Este esforço tem como meta tornar um problema complexo mais explícito ou mesmo construir hipóteses mais adequadas”, além de ter “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas

mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 1999, p. 43).

3.2 Delimitações da pesquisa

A pesquisa teve como finalidade analisar as fontes de informação utilizadas pelos bibliotecários das bibliotecas do Ministério Público Federal. Como critérios para a seleção do universo foram todos os bibliotecários das bibliotecas do MPF. Foram selecionado apenas os profissionais da informação, bibliotecários, por possuírem maiores competências e habilidades na busca, seleção e disponibilização da informação.

A rede de bibliotecas do Ministério Público Federal é composta por 37 bibliotecas da Procuradoria da República nos Estados, e 84 bibliotecários, no qual foi aplicada a pesquisa.

É apresentado no gráfico a seguir, as bibliotecas da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal divididas por região.

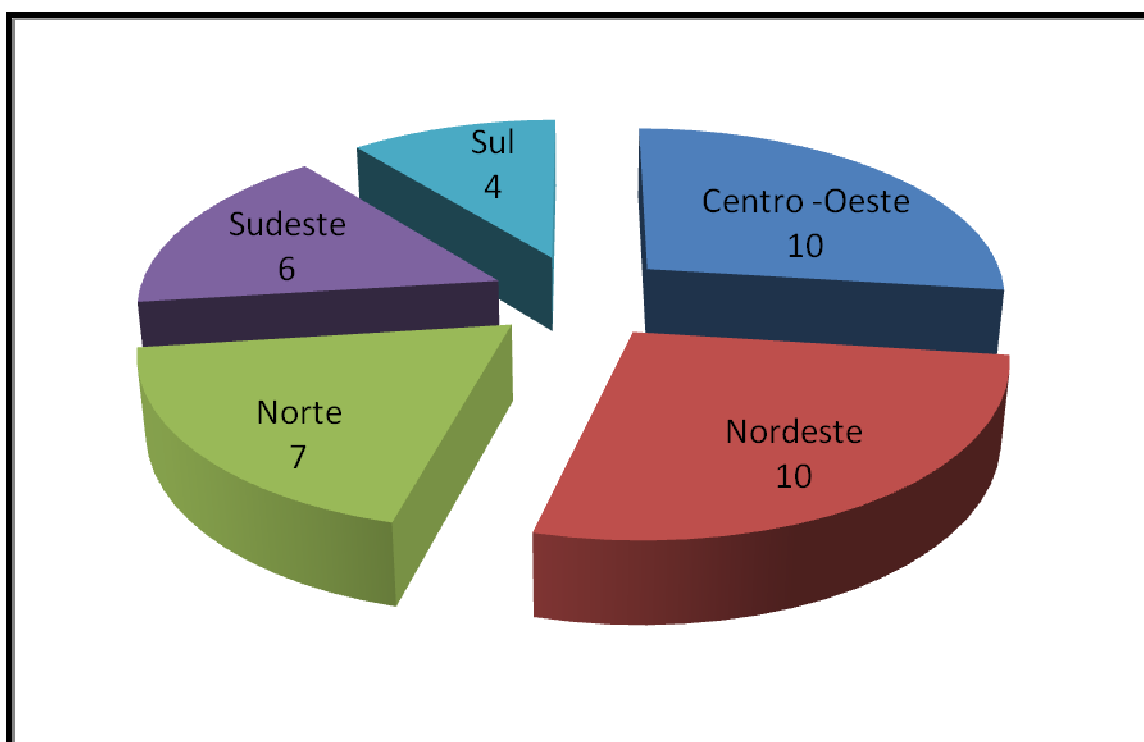


Gráfico 1: Bibliotecas do Ministério Público Federal divididas por Região

Verificou-se que a maior concentração de bibliotecas do Ministério Público Federal está na região Nordeste, na qual, conta com 10 bibliotecas do MPF, sendo

que estão instaladas nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e também em sua capital: Recife (PRR5), Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. E também na região Centro-Oeste, na qual, possui 10 bibliotecas, sendo que 7 estão localizadas em Brasília (PR/DF, PRR1, ESPMU, CDIJ/PGR, PFDC, 4CCR, 6CCR), e as outras estão instaladas nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Logo após vem a região norte que conta com 7 bibliotecas em cada estado da região: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A região Sudeste possui 6 bibliotecas, uma no estado do Espírito Santo, uma em Minas Gerais, duas bibliotecas no estado do Rio de Janeiro (PR/RJ e PRR2) e duas no estado de São Paulo (PR/SP e PRR3).

E na região Sul o Ministério Público Federal conta com 4 bibliotecas, sendo dividida nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e sua capital: Porto Alegre (PRR4).

3.3 Instrumento de coleta de dados: questionário

Nesta investigação, o instrumento de coleta de dados foi o questionário, encaminhado por e-mail, devido ser o instrumento de pesquisa mais adequado a este estudo, no qual foi aplicado aos bibliotecários do Ministério Público Federal em todas as regiões do Brasil.

Gil (1999, p. 128) define questionário como sendo uma técnica de investigações “composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimento, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O questionário aplicado foi elaborado com 10 questões, sendo elas fechadas, abertas e semi-abertas (ver apêndice A). Realizou-se um pré-teste com o questionário, antes de ser enviado aos bibliotecários do Ministério Público Federal. Após o pré-teste, houve algumas modificações no instrumento de coleta de dados, e em seguida foi enviado via e-mail aos bibliotecários de cada biblioteca do Ministério Público Federal (conforme especificado no quadro 1). O retorno dos questionários enviados é apresentado no gráfico a seguir:

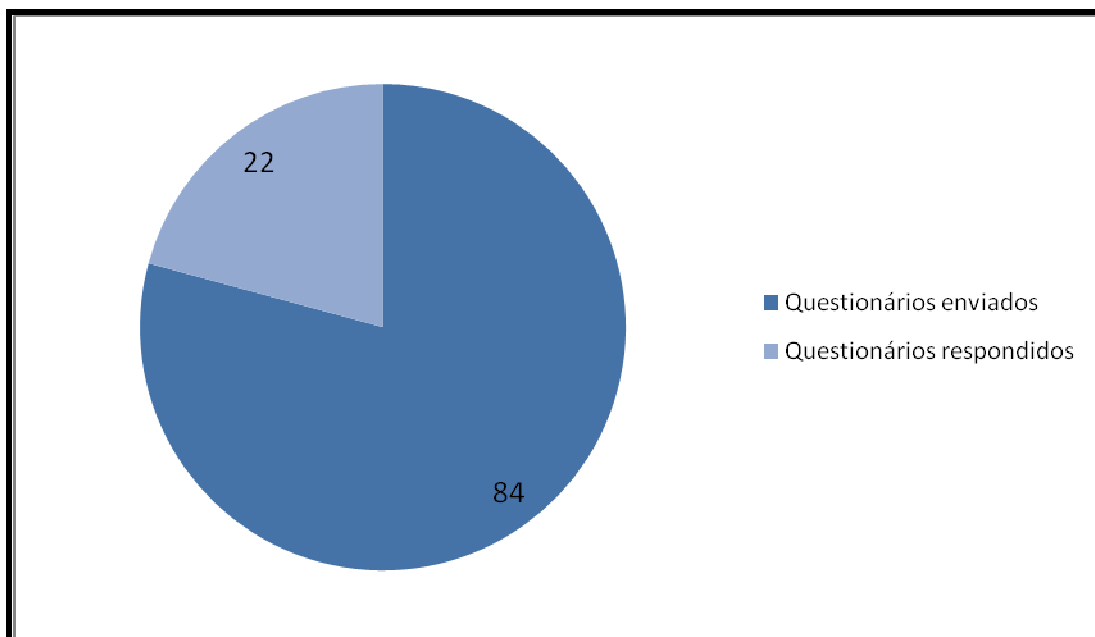


Gráfico 2: Retorno dos questionários

No dia 01 de setembro de 2008, foi enviada para todos os bibliotecários atuantes do MPF no Brasil, a primeira remessa dos questionários, estipulando-se um período de 15 dias para a obtenção das respostas, sendo que na primeira semana, dos 84 questionários enviados aos bibliotecários da rede de bibliotecas do MPF, apenas 16 foram respondidos. No dia 15 de setembro foi enviado mais um e-mail aos bibliotecários, solicitando aos que ainda não responderam o questionário, para fazê-lo até o dia 26 de setembro. Nesta segunda remessa foi recebido mais 6 questionários. Após o retorno começou-se a desenvolver a respectiva tabulação e interpretação dos dados coletados.

Na seção seguinte, são apresentados os resultados a interpretação e análise dos dados coletados do retorno dos questionários respondidos pelos bibliotecários do Ministério Público Federal.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados, respectivamente a análise e a interpretação dos dados coletados, através do instrumento de coleta de dados, aplicado aos bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal. Será apresentado individualmente os resultados de cada questão, sua análise e a interpretação dos mesmos.

4.1 Fontes de informação jurídica

1. No seu cotidiano, quais as fontes de informação da área jurídica que você mais utiliza para recuperar a informação para seus usuários. Indique a frequência de uso, conforme a legenda. (por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:

Indique 1 para primeiro lugar

Indique 2 para segundo lugar

Indique 3 para terceiro lugar

Quanto à frequência de uso:

a) diária

b) semanal

c) mensal

d) ocasionalmente

e) não utiliza

() Legislação

() Doutrina

() Jurisprudência

Esta questão teve por objetivo saber quais as principais fontes de informações da área jurídica, que os bibliotecários utilizam com maior frequência e também saber a quantidade de uso das mesmas.

Na área jurídica, as fontes de informações são a Legislação, Doutrina e a Jurisprudência, podendo assim ser disponibilizadas em diversos formatos e suportes.

Como já citado Barros (2004, p. 203) classifica as fontes do direito em fonte principal e fontes secundárias: sendo que a fonte primária é a lei, pois é apresentada em seu formato original, e é entendida como uma norma geral proveniente do processo legislativo elaborado pela entidade competente; já nas fontes secundárias o autor classifica aquelas que são retiradas da fonte principal, como é o caso da Jurisprudência, que consiste num conjunto de decisões dos juízes e dos tribunais

sobre determinado assunto jurídico, orientando-se sempre pela lei. O autor classifica a doutrina, que é a interpretação de autores, juristas e escritores acerca de uma lei ou de uma jurisprudência.

Neste caso, analisou-se entre as fontes do direito, aquelas que os bibliotecários da rede de bibliotecas do MPF utilizam com freqüência.

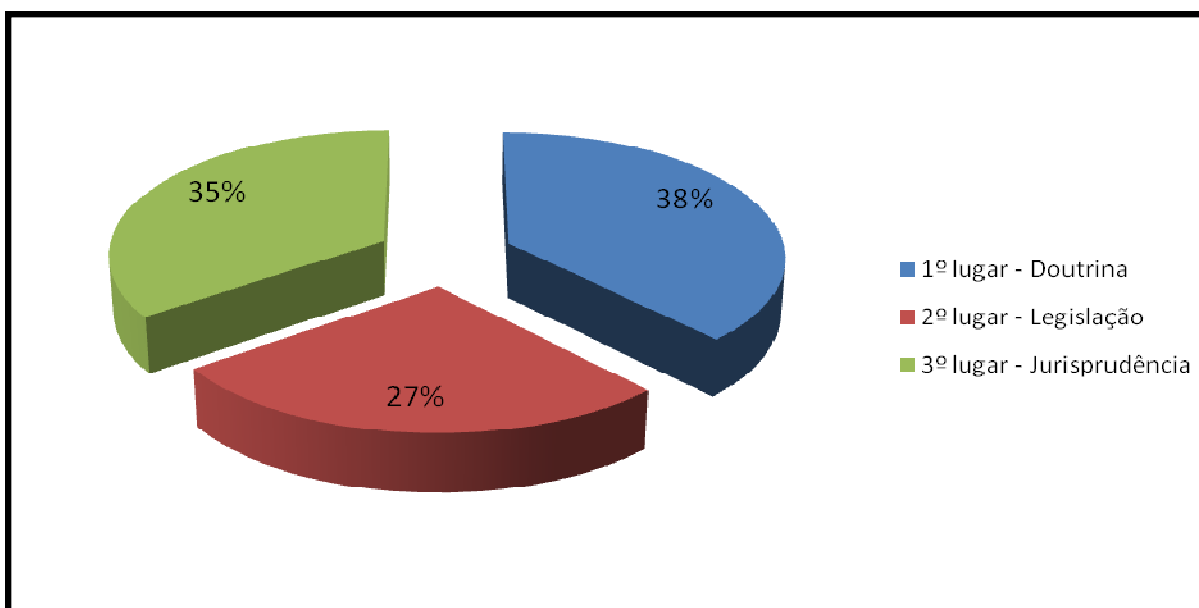


Gráfico 3: Fontes de informação jurídica utilizada pelos Bibliotecários do MPF.

Em relação à quantidade de uso das fontes de informação mencionadas, em primeiro lugar com 38% equivalente a 18 bibliotecários responderam que utilizam a doutrina, sendo que 5 responderam que utilizam a legislação em primeiro lugar e apenas 1 bibliotecário respondeu que utiliza ambas em primeiro lugar.

Em segundo lugar, 13 bibliotecários que corresponde a 27% dos que responderam a questão, foi classificada a legislação, sendo que 5 responderam jurisprudência e 3 responderam doutrina.

E em terceiro lugar com 35%, equivalente a resposta de 17 bibliotecários, responderam a jurisprudência, 4 colocaram que utilizam a legislação em terceiro lugar e apenas 1 bibliotecário respondeu a Doutrina.

Na freqüência de uso das fontes utilizadas pelos bibliotecários, temos:

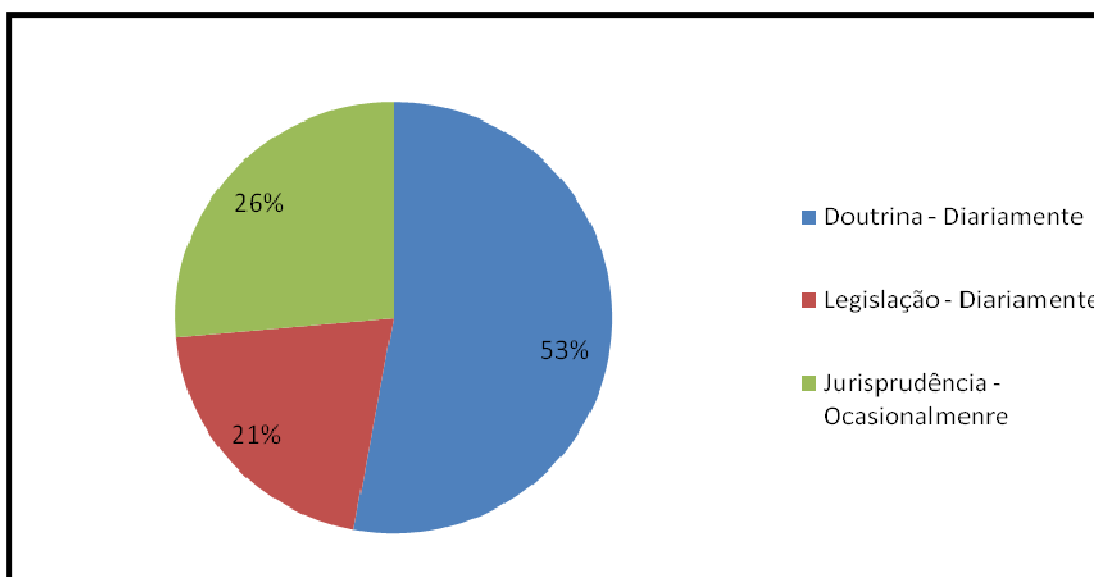


Gráfico 4: Freqüência de uso das Fontes de Informação

Dos 18 bibliotecários que responderam como quantidade de uso a Doutrina em primeiro lugar, informaram utilizá-la diariamente. Já na legislação dos 13 bibliotecários que responderam utilizá-la em segundo lugar, apenas 7 utilizam-na diariamente, 5 responderam utilizá-la semanalmente e apenas 1 bibliotecário respondeu que utiliza ocasionalmente. E na jurisprudência, 9 bibliotecários responderão que a utilizam ocasionalmente, 6 a utilizam semanalmente e 1 bibliotecário respondeu que utiliza diariamente e o outro respondeu que não utiliza.

Verificou-se que a fonte de informação da área jurídica mais utilizada pelos bibliotecários da rede de bibliotecas do MPF é a Doutrina (interpretação da lei e da jurisprudência por um profissional especializado da área jurídica), sendo assim torna-se mais fácil entender o que o usuário procura, e conseqüentemente ajudá-lo a recuperar a informação pertinente. Com a demanda de pesquisa a Doutrina é diária. O usuário busca o apoio do bibliotecário na expectativa de informações atualizadas, confiáveis e em menor tempo possível.

4.2 Dificuldades em utilizar as fontes jurídicas

2 - Você tem alguma dificuldade ao utilizar as fontes mencionadas na questão anterior?

() SIM () NÃO

Justifique sua resposta. _____

Ao identificar as fontes de informação da área jurídica que o bibliotecário do MPF utiliza, teve-se o objetivo de saber se os mesmos têm alguma dificuldade em utilizar essas fontes. Os resultados da questão são apresentados no gráfico 5:

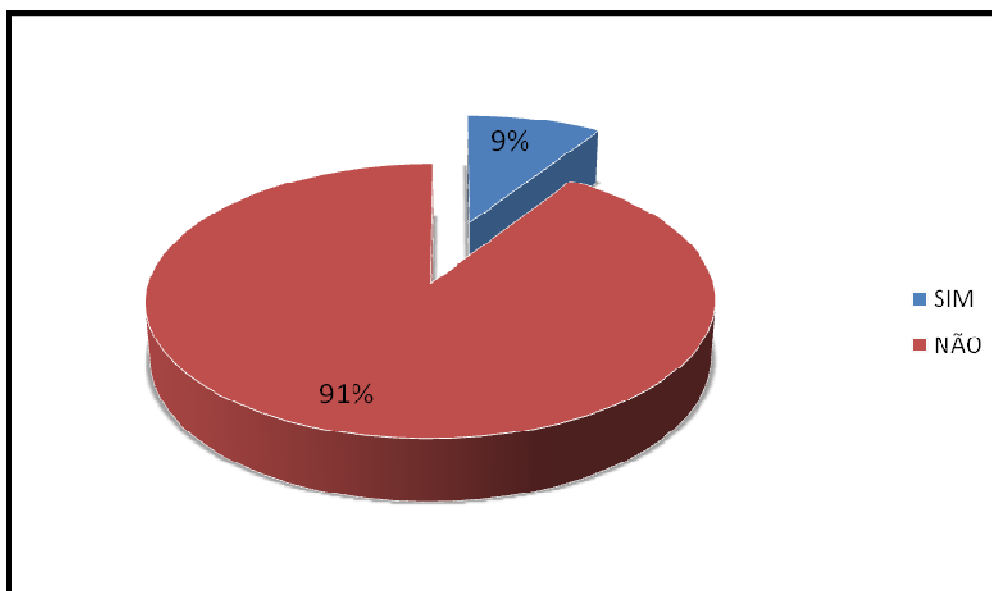


Gráfico 5: Dificuldades em utilizar as fontes

Dos 22 bibliotecários respondentes, apenas 2 tem dificuldades em utilizar as fontes de informação mencionadas na questão anterior.

A maioria dos bibliotecários diz não ter dificuldades em utilizar as fontes, por as mesmas já serem bem conhecidas e bastante acessíveis para a consulta online nos sites oficiais, além da experiência que já possuem acaba reduzindo as dificuldades.

Com algumas justificativas, pode-se verificar que alguns bibliotecários ainda têm dificuldades com certos termos da área jurídica, tanto para entender as decisões nos acórdãos (julgamento proferido dos tribunais) como também na pesquisa jurisprudencial, na qual, há algumas inseguranças quanto aos termos precisos para a recuperação das informações aos usuários.

Cap (2003, p. 248) afirma que

La variedad y complejidad de las fuentes jurídica requieren para su conocimiento en profundidad de una práctica intensiva, que no sólo consiste en comprender la estructura de las mismas sino también en adquirir cierta familiarización con la terminología jurídica [...]

O bibliotecário precisa buscar conhecer os termos jurídicos, fazer pesquisas, se atualizar, para que a recuperação da informação ao usuário seja feita com qualidade, rapidez e que seja relevante ao usuário.

4.3 Formato das fontes de informação jurídica utilizadas pelos bibliotecários

3– Das fontes mais utilizadas, quais delas você só a utiliza em formato digital. Indique a frequência de uso conforme a legenda.(por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:
 Indique 1 para primeiro lugar
 Indique 2 para segundo lugar
 Indique 3 para terceiro lugar

Quanto à frequência de uso:

- a) diária
- b) semanal
- c) mensal
- d) ocasionalmente
- e) não utiliza

- () Legislação
- () Doutrina
- () Jurisprudência

Com o advento da internet é possível acessar as informações atualizadas em tempo real, principalmente quando se refere às informações jurídicas, que se atualizam diariamente. Com isso esta questão teve por objetivo, saber das fontes de informações jurídicas, quais as que os bibliotecários do MPF utilizam somente em formato digital, saber a quantidade e a frequência de uso das mesmas. No gráfico 6 são apresentados os resultados da questão 3 do questionário:

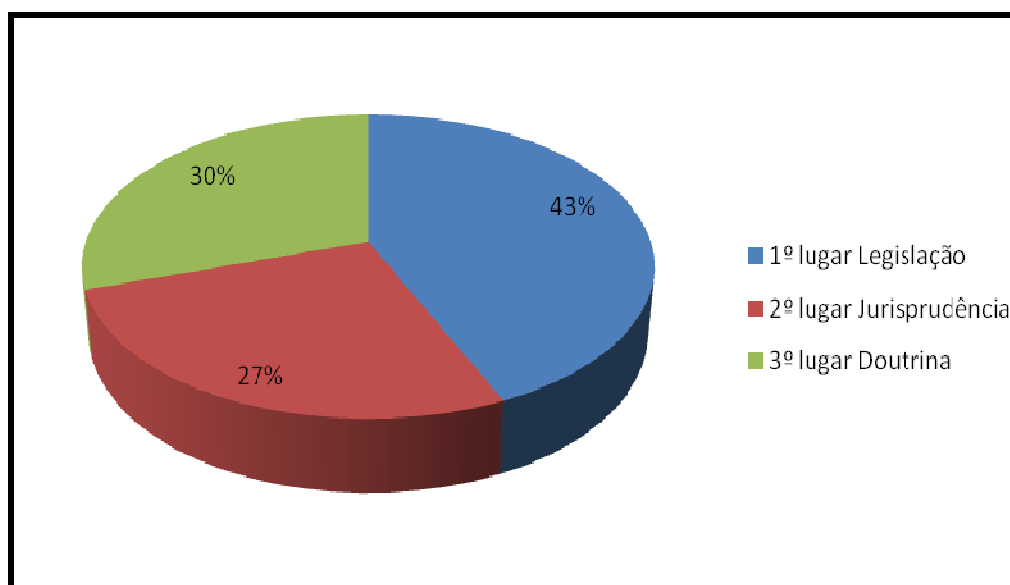


Gráfico 6: Fontes utilizadas em formato digital

Quanto à quantidade de uso das fontes de informação em formato digital, 13 bibliotecários equivalente a 43% da amostra dos que responderam, utilizam a legislação em formato digital em primeiro lugar, sendo que 6 bibliotecários responderam utilizar a jurisprudência os outros 5 responderam utilizar a doutrina, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, 8 bibliotecários selecionaram a jurisprudência como preferência, sendo que 6 bibliotecários preferem utilizar a legislação em formato digital e 2 responderam utilizar mais a doutrina.

E em terceiro lugar, 9 bibliotecários utilizam a doutrina em formato digital, dos quais 6 responderam que preferem utilizar a jurisprudência e apenas 1 respondeu a legislação.

Na freqüência de uso das fontes de informação em formato digital, teve como resultado:

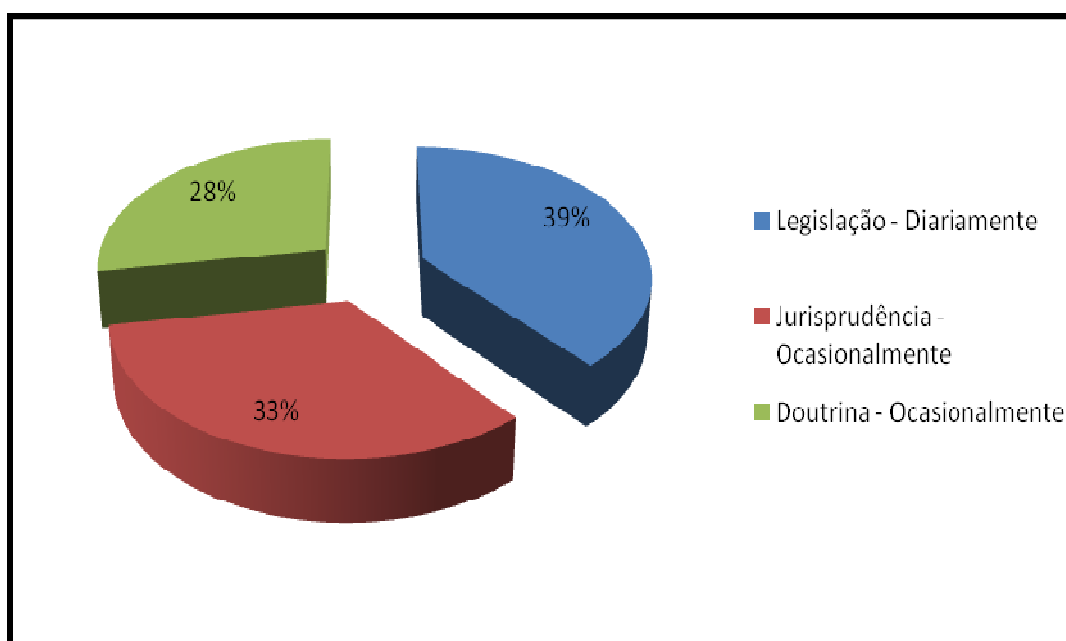


Gráfico 7: Freqüência de uso das fontes utilizadas em formato digital

Observa-se que 39%, referente a 7 bibliotecários responderam utilizam a legislação em primeiro lugar das fontes de informação em formato digital, e a utilizam diariamente, 4 utilizam a legislação semanalmente e apenas 1 respondeu ocasionalmente. Outro bibliotecário respondeu utilizar a legislação em primeiro lugar, mas não indicou a freqüência de uso. Na jurisprudência, 5 bibliotecários a utilizam ocasionalmente, 2 responderam que utilizam semanalmente e apenas 1 respondeu

que a usa mensalmente. Na doutrina 4 bibliotecários afirmam utilizá-la ocasionalmente, 3 utilizam diariamente, 1 bibliotecário respondeu que utiliza mensalmente e um outro bibliotecário que respondeu que não utiliza a doutrina em formato digital.

É necessário que o bibliotecário tenha critérios de qualidade para avaliar as fontes de informação disponibilizadas na internet, como a maioria dos bibliotecários responderam utilizar a legislação em primeiro lugar das fontes jurídicas online, é importante que ele busque direto essas informações nos sites oficiais. Tomaél, et. al (2004, p. 19) afirmam que a importância de avaliar as informações disponíveis na internet é significativa para quem utiliza com a finalidade de pesquisa, e também para enfatizar a inconstância da qualidade das informações encontradas, além de ressaltar que as fontes de informação para o uso devem ser filtradas por critérios de avaliação, que devem avaliar tanto o conteúdo como a apresentação da informação.

4.4 Recursos utilizados para troca de informação entre bibliotecários da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal

4 - Para a troca de informações com outros bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal, quais os recursos que você utiliza. Indique por ordem de preferência, qual a frequência de uso conforme a legenda. (por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:

Indique 1 para primeiro lugar
Indique 2 para segundo lugar
Indique 3 para terceiro lugar

Quanto à frequência de uso:

- a) diária
- b) semanal
- c) mensal
- d) ocasionalmente
- e) não utiliza

- () GroupWise Messenger (interno)
- () Messenger pessoal
- () Skype
- () Correio eletrônico da empresa
- () Correio eletrônico pessoal
- () Lista de discussão
- () Telefone
- () Atos administrativos (Ofício, Memorando, Informação, Relatório, etc.)
- () Boletim informativo
- () Outros. Especifique: _____

Esta questão teve como finalidade saber como os bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal trocam informações entre si, quais os recursos que utilizam, bem como saber a quantidade e a frequência de uso desses recursos.

Foram colocados nesta questão 9 opções de recursos em que os bibliotecários poderiam utilizar na troca de informações, além disso ofereceu-se uma opção aberta para que o bibliotecário especifique outro recurso que utiliza e que não tenha sido mencionado na questão.

Os resultados dos recursos utilizados são apresentados no gráfico a seguir:

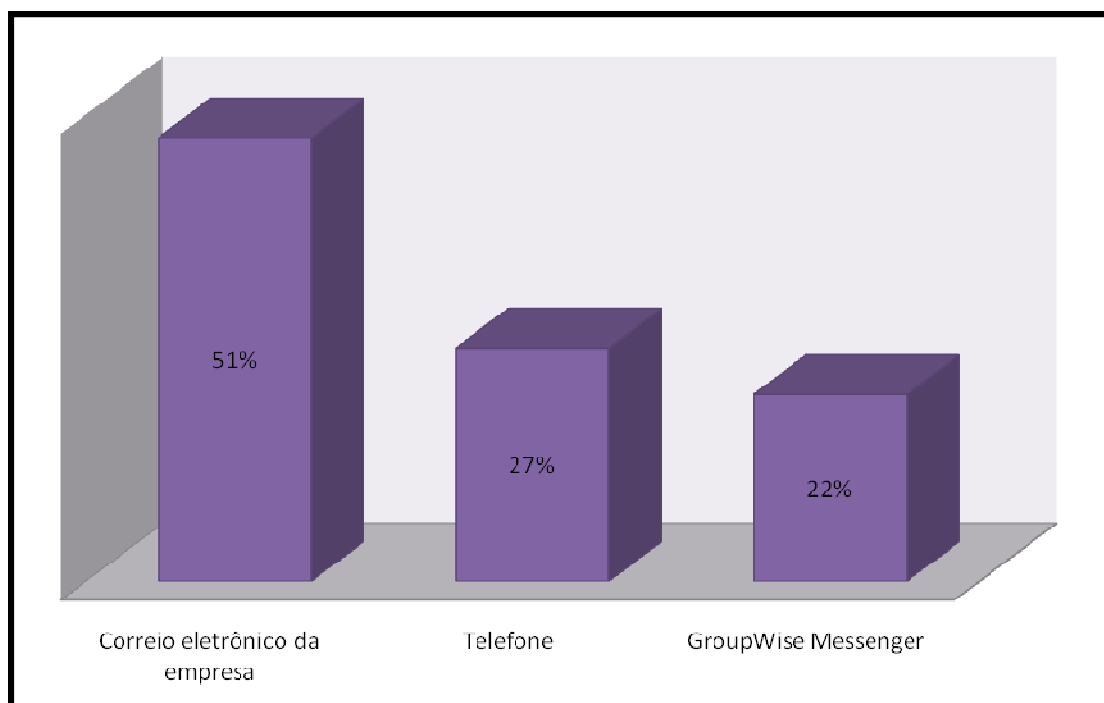


Gráfico 8: Recursos utilizados para troca de informações

Quanto à quantidade de uso dos recursos utilizados para troca de informações entre os bibliotecários, obteve-se em primeiro lugar a utilização do correio eletrônico institucional com 51%, referente a 19 bibliotecários que responderam, em segundo lugar, 10 bibliotecários responderam utilizar o telefone para troca de informações, e com 22% equivalente a 8 bibliotecários, responderam utilizar em terceiro lugar o *GroupWise Messenger*, na qual é o *messenger* (MSN) interno.

Nesta questão alguns bibliotecários responderam mais de uma opção, tanto para primeiro, segundo e terceiro lugar na quantidade de uso dos recursos utilizados.

Já na freqüência de uso, obteve-se como resultado:

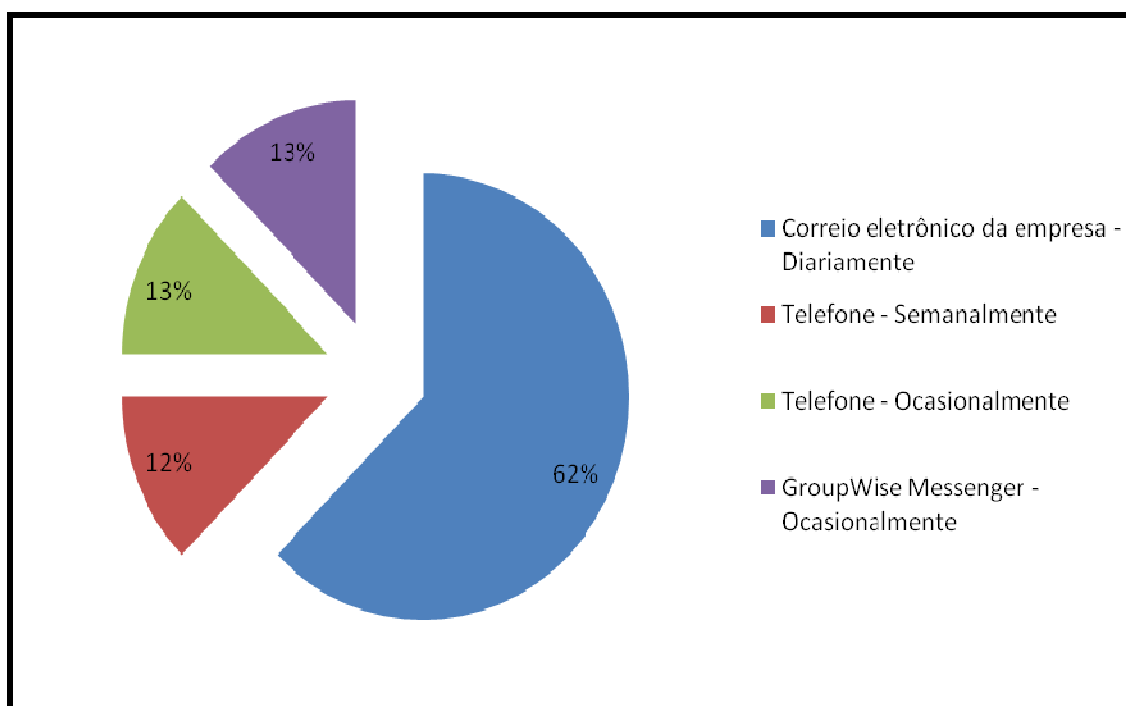


Gráfico 9: Freqüência de uso dos recursos utilizados

Dos 19 bibliotecários que responderam utilizar em primeiro lugar o correio eletrônico institucional na troca de informações, 15 responderam utilizá-la diariamente na freqüência de uso.

Em segundo lugar, dos 10 bibliotecários que responderam utilizar o telefone na quantidade de uso, 3 responderam que utilizam o telefone semanalmente, 3 utilizam ocasionalmente, 2 responderam diariamente e os outros 2 responderam mensalmente.

No terceiro lugar, na utilização do *GroupWise Messenger*, dos 8 bibliotecários que responderam, apenas 3 responderam utilizá-la ocasionalmente, 2 utilizam diariamente, 2 responderam semanalmente e apenas 1 bibliotecário respondeu que não utiliza.

Verifica-se que os bibliotecários preferem utilizar o correio eletrônico institucional para a troca de informações com os outros bibliotecários da rede de

bibliotecas do MPF, por ser um dos recursos em que todos têm acesso, além de não ter custo nenhum, nem para o bibliotecário, bem como para a instituição. O mesmo afirma Cunha (1999, p. 264 apud Silva, Lima 2006, p. 4) quando relata que “com o crescimento das redes eletrônicas dentro das organizações, o uso do correio eletrônico (*electronic mail* ou *e-mail*) passou a ser um dos serviços mais comuns; com a *Internet*, ele se transformou no serviço mais utilizado.”

Após saber quais os recursos que os bibliotecários utilizam para troca de informações com outros bibliotecários, teve-se a curiosidade de saber em quais situações esses recursos são utilizados, e também saber o grau de frequência na utilização desses recursos quanto a situação.

5 - Em quais situações você utiliza as fontes descritas na questão anterior. Indique o grau de frequência, conforme a legenda.

- a) diária
- b) semanal
- c) quinzenal
- d) mensal
- e) não utiliza

() Troca de informações bibliográficas. Especifique:_____

() Troca de informações da área jurídica. Especifique:_____

() Outras: Especifique:_____

Os resultados obtidos nesta questão são apresentados no gráfico a seguir:

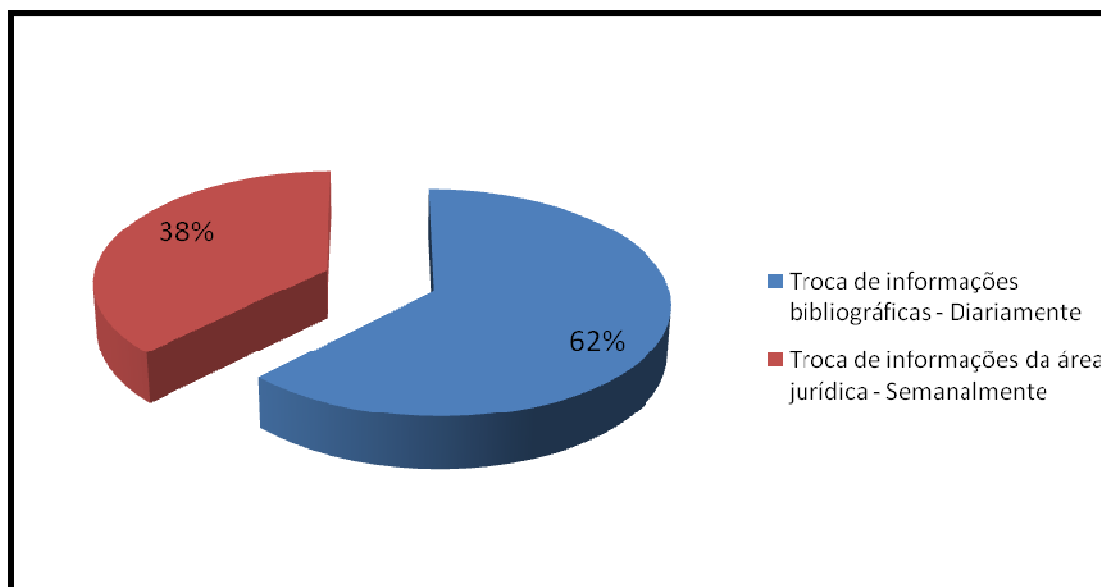


Gráfico 10: Situações em que o bibliotecário utiliza os recursos

Nesta questão, verificou-se que a maioria dos bibliotecários que utilizam os recursos para troca de informações com outros bibliotecários do MPF, troca informações bibliográficas, ou seja, informações do serviço de processamento técnico, e essa troca de informações ocorre diariamente, diferente da troca de informações da área jurídica, na qual alguns bibliotecários responderam utilizá-la semanalmente.

Sales (2007, p. 100) afirma que o processo primordial dentro da empresa para a criação de conhecimentos “é a comunicação entre os diversos tipos e níveis de conhecimento. Essa comunicação é efetuada pelas pessoas da empresa, ou sistemas criados por essas mesmas pessoas.”

A troca de experiências é muito importante em todos os setores dentro da instituição, através dos resultados obtidos nesta questão, observa-se que para os bibliotecários é importante a troca de informações bibliográficas, pois a catalogação, classificação, indexação, e todas as etapas que estão inseridas no processamento técnico exige uma norma, e como as bibliotecas do MPF estão inseridas na rede de bibliotecas, é imprescindível que haja uma padronização entre elas.

4.5 Base de dados da área jurídica utilizada pelos bibliotecários

6 – Quanto as bases de dados da área jurídica que você utiliza com maior frequência no desenvolvimento de suas atividades na instituição.

Indique por ordem de preferência, qual a frequência de uso conforme a legenda. (por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:

Indique 1 para primeiro lugar

Indique 2 para segundo lugar

Indique 3 para terceiro lugar

Quanto à frequência de uso:

a) diária

b) semanal

c) mensal

d) ocasionalmente

e) não utiliza

() Senado

() Superior Tribunal de Justiça

() Supremo Tribunal Federal

() Presidência da República

() Outras. Especifique: _____

Esta questão teve por objetivo saber quais das principais bases de dados da área jurídica que o bibliotecário do Ministério Público Federal utiliza no desenvolvimento de suas atividades na instituição. As instituições públicas além de estarem ligadas em todos os níveis ao Governo, constituem importantes fontes de informação jurídica (BARROS, 2004, p. 213).

Os resultados são apresentados no gráfico 11:

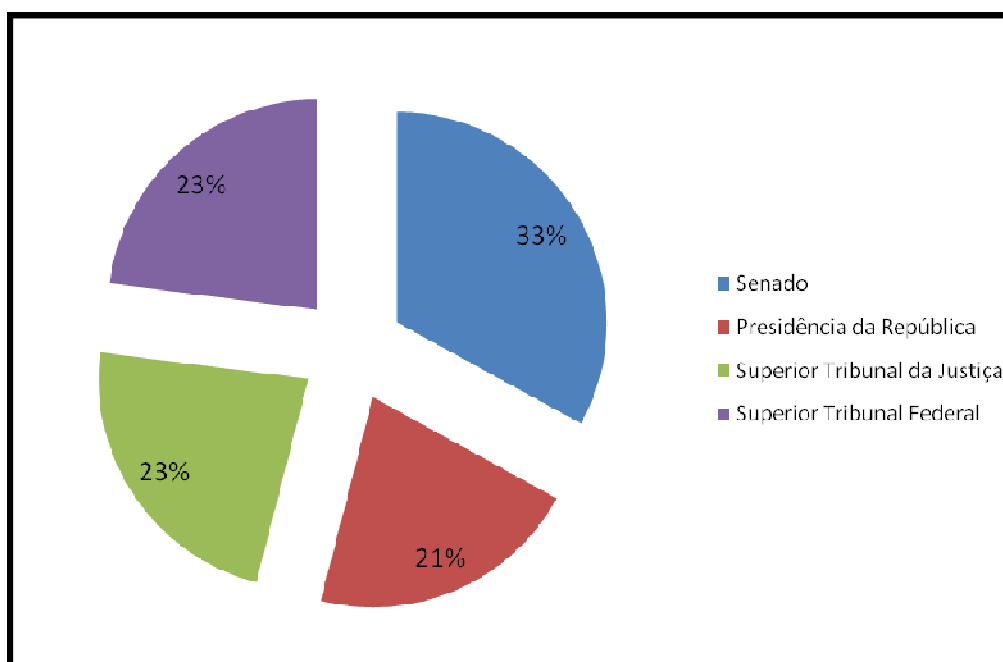


Gráfico 11: Base de dados jurídicas

Referente à quantidade de uso das bases de dados da área jurídica, temos em primeiro lugar com 33%, equivalente a 16 bibliotecários, responderam utilizar a base de dados Senado. Em segundo lugar com 21%, referente a 10 bibliotecários responderam que utilizam a base da Presidência da República no desenvolvimento de suas atividades institucionais. E no terceiro lugar houve um empate, com 23% , ou seja, 11 bibliotecários acessam tanto a base do Superior Tribunal de Justiça quanto a do Superior Tribunal Federal.

Quanto a freqüência de uso dessas bases, os resultados são apresentados no gráfico 12:

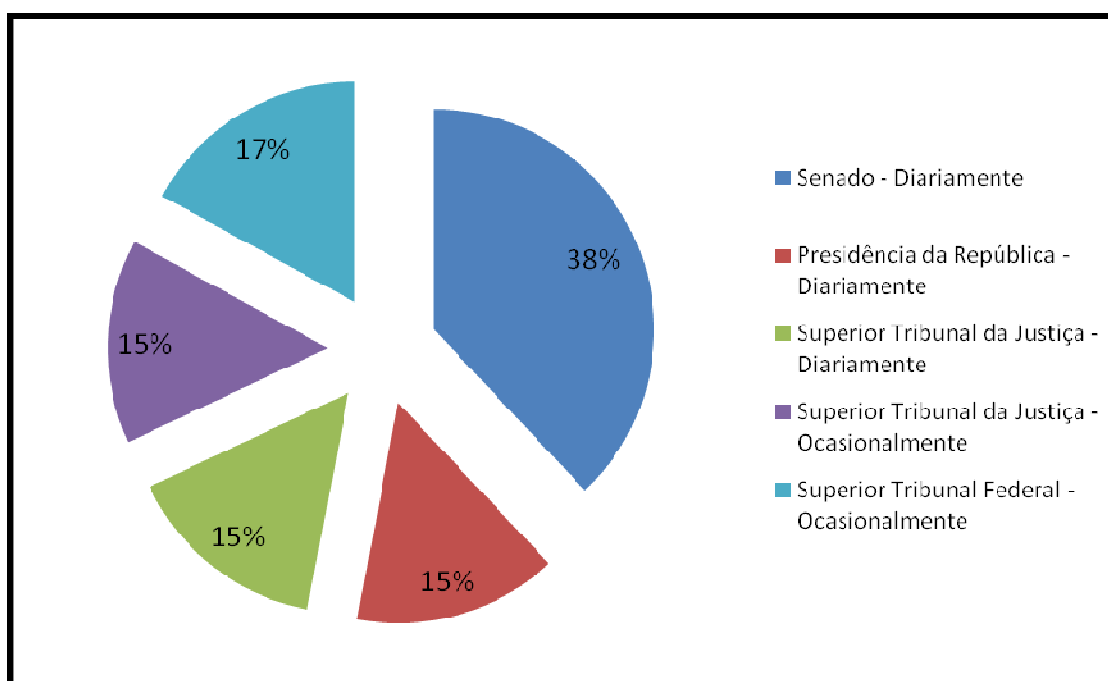


Gráfico 12: Freqüência de uso nas bases de dados jurídicas

Dos 16 bibliotecários que responderam acessar a base de dados do Senado em primeiro lugar, 13 deles acessam-na diariamente e 3 responderam acessá-la semanalmente. Já na base da Presidência da República, dos 10 bibliotecários, 5 bibliotecários acessam diariamente, 4 utilizam a base semanalmente e 1 bibliotecário respondeu acessá-la ocasionalmente. Na base do Supremo Tribunal de Justiça, 5 bibliotecários acessam diariamente, e outros 5 acessam ocasionalmente e apenas 1 respondeu acessar semanalmente. E no Supremo Tribunal Federal, 6 bibliotecários responderam acessar ocasionalmente a base, 3 acessam diariamente e 2 acessam semanalmente.

Verificou-se nesta questão que os bibliotecários acessam com frequência as bases de dados jurídicas para o desenvolvimento de suas atividades institucionais, na opção em aberto desta questão, na qual os bibliotecários poderiam especificar outras bases de dados utilizadas, poucos responderam. Os que especificaram colocaram o *Google* sendo a ferramenta de busca, na qual costumam resolver algumas buscas. Mencionaram também o site da Imprensa Nacional, da Procuradoria Geral da República, e a base de dados RVBI, que é a rede virtual de bibliotecas do Congresso Nacional, composta por 15 bibliotecas da área jurídica, em Brasília.

Barros (2004, p. 212) considera que o importante tanto para o bibliotecário como para o pesquisador e usuário da informação jurídica, não é memorizar os diversos sites da área, mas saber da existência dos mais importantes para a ocasião adequada, valendo-se da confiabilidade e da facilidade em que os mecanismos de busca do site proporcionam, para isso é necessário explorá-lo ao máximo.

4.6 Sites jurídicos utilizado pelos bibliotecários

7 – Você costuma ler sites de notícias da área jurídica?

() SIM () NÃO

Se a resposta for positiva, indique os sites que você costuma acessar com frequência: _____

O objetivo principal desta questão era saber se os bibliotecários jurídicos buscam estar inteirados das notícias e dos acontecimentos da área, e também saber quais dos diversos sites que existem da área jurídica eles acessam e com que frequência. Os resultados são apresentados no gráfico a seguir:

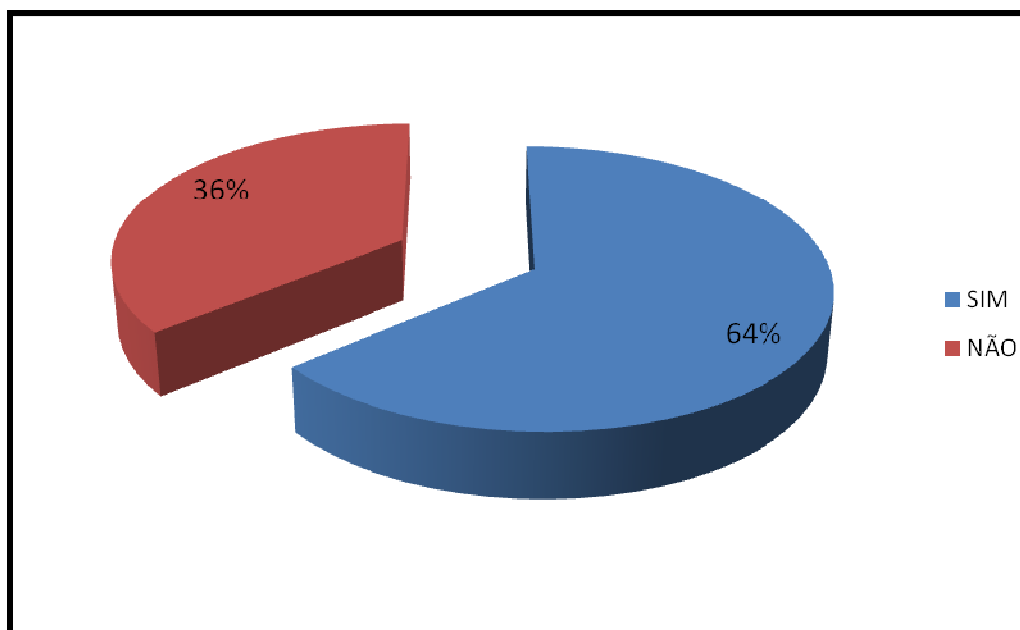


Gráfico 13: Sites jurídicos

Após a tabulação dos dados, observou-se que a maioria dos bibliotecários acessa sites da área jurídica para manter-se informado. Isso possibilita uma melhor recuperação das informações, além de atender melhor as necessidades do usuário na biblioteca para buscar informações de sua área.

Dentre os sites acessados pelos bibliotecários, os mais citados foram:

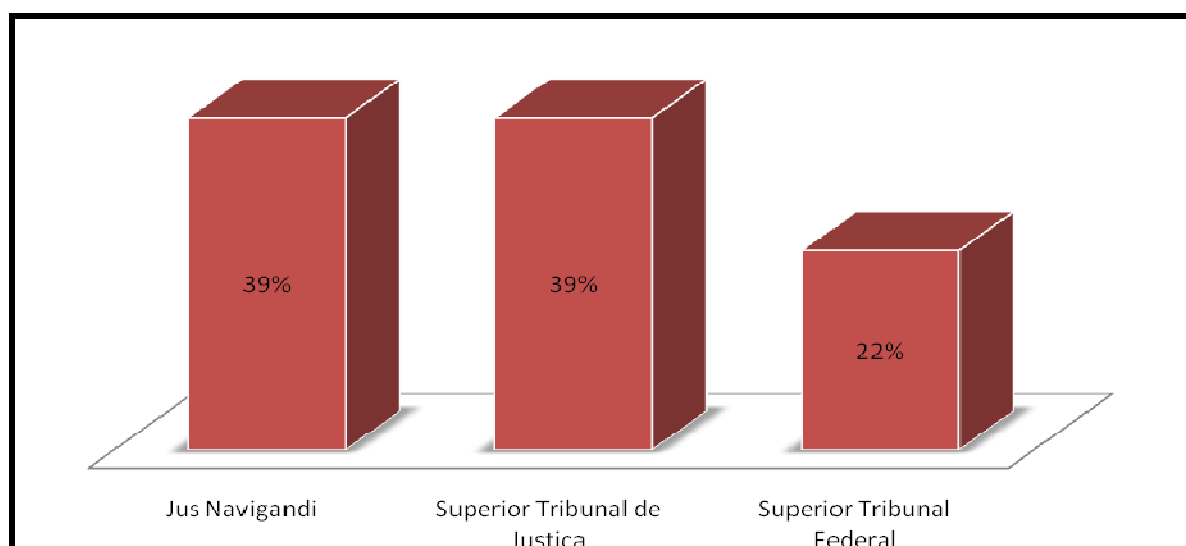


Gráfico 14: Sites mais acessados pelos bibliotecários do MPF

Observa-se que dentre os três sites mais acessados pelos bibliotecários são: Jus Navigandi (<http://jus.uol.com.br/>), cujo portal possui informações jurídicas

abrangentes, atualizado diariamente. Neste site encontram-se as principais revistas dos assuntos específicos dentro do direito, contém um fórum para compartilhar conhecimentos da área jurídica, e o visitante do site pode também fazer o cadastro para receber os boletins do site por e-mail.

Outros sites acessados pelos bibliotecários do MPF são os sites dos tribunais: Superior Tribunal de Justiça (http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp) e o Superior Tribunal Federal (<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>). Barros (2004, p. 216) afirma que o Superior Tribunal de Justiça é o órgão “responsável pela aplicação e pela uniformidade de interpretação das leis federais.” e o Superior Tribunal Federal “é a instância máxima da justiça, cuja competência essencial é a guarda da Constituição [...]”

Verifica-se que os bibliotecários do MPF buscam sites seguros e que possuem credibilidade nas informações disponibilizadas.

4.7 Participação em eventos na área de Biblioteconomia

8 – Para manter-se atualizado na área da Biblioteconomia, você tem participado nos últimos cinco anos dos eventos da área? Quais?
Indique por ordem de preferência, qual a freqüência de uso conforme a legenda. (por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à participação:

Indique 1 para primeiro lugar

Indique 2 para segundo lugar

Indique 3 para terceiro lugar

Quanto à freqüência da participação:

a) Freqüentemente

b) Raramente

c) Não participa

() Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU)

() Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD)

() Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)

() Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais (SIBD)

() Evento Local. Especifique: _____

Esta questão teve por objetivo saber se os bibliotecários do MPF buscam se atualizar, participando dos eventos da área de biblioteconomia. Os resultados são apresentados nos gráficos a seguir:

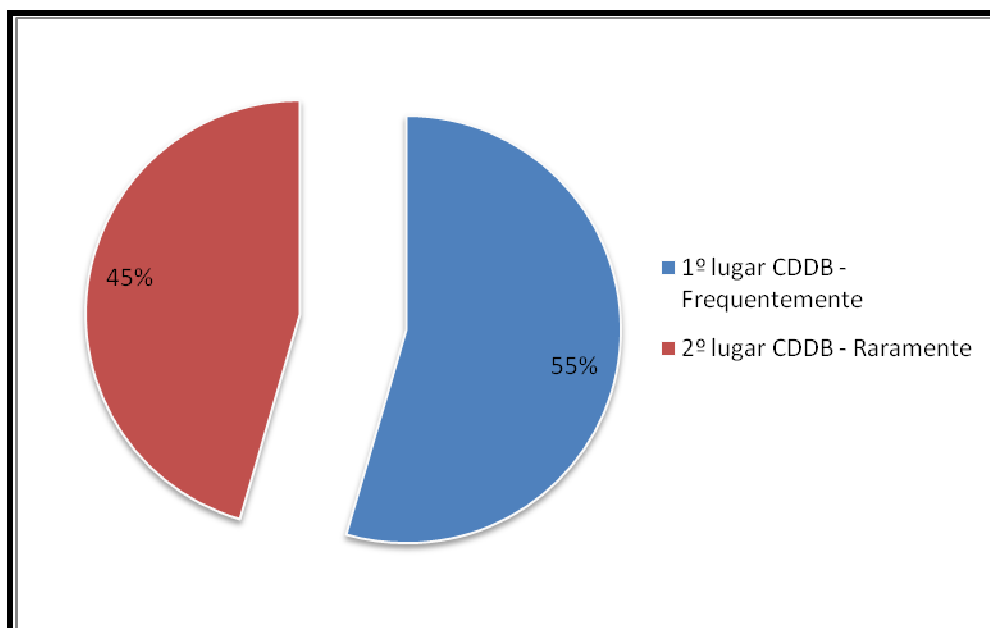


Gráfico 15: Participação em eventos da área de Biblioteconomia.

Quanto à participação dos bibliotecários nos eventos da área de biblioteconomia, observa-se que em primeiro lugar com a participação de 55%, dos respondentes (6 bibliotecários), responderam participar do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD) frequentemente.

E em segundo lugar, com 45% equivalente a 5 bibliotecários, ficou também o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), mais 4 bibliotecários responderam no grau de frequência que participam raramente do evento.

Apenas 4 bibliotecários responderam o terceiro lugar, apresentando eventos diferenciados, tais como: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), na qual participa raramente do evento. No Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o bibliotecário respondeu em terceiro lugar, mais quanto a frequência de participação respondeu não participar do evento, assim como Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais (SIBD), na qual o bibliotecário também não participa e no Seminário de Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), o bibliotecário respondeu terceiro lugar mais também não participa do evento.

Campello (2000, p. 55) afirma que o pesquisador precisa estar constantemente atualizado aos avanços de sua área, além de estar inteirando-se no que outros profissionais estão fazendo e desenvolvendo e também, mostrar aos

demais o que ele próprio está realizando, como forma de que seu trabalho seja avaliado por outros profissionais da área.

4.8 Participação em eventos na área jurídica

9 – E na área jurídica, você tem participado de eventos para manter-se atualizado? Especifique: _____

Assim como houve a curiosidade em saber se os bibliotecários do MPF participam de eventos da área da Biblioteconomia, também teve-se a curiosidade em saber se os mesmos participam de eventos da área jurídica.

Os resultados são apresentados no gráfico a seguir:

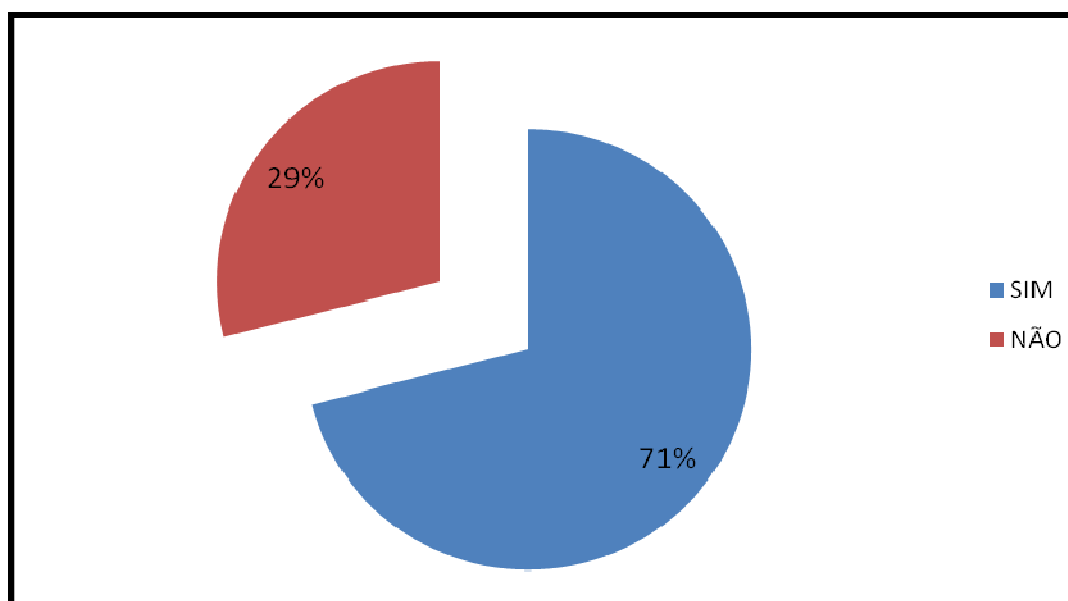


Gráfico 16: Participação em eventos da área jurídica

Verifica-se que a maioria dos bibliotecários se atualizam na área jurídica participando de eventos.

Dos 22 questionários respondidos, 12 bibliotecários responderam participar dos eventos jurídicos, dos quais, 5 responderam participar de congressos, encontros de bibliotecários jurídicos, tais como: Congresso Internacional de Direito e Tecnologia da Informação (Salvador), Encontros de bibliotecários jurídicos do Nordeste, Grupo de bibliotecários jurídicos da ARB (Associação Rio-Grandense de

Bibliotecários), e 7 bibliotecários responderam participar de eventos que a instituição oferece, como: Direito do consumidor e responsabilidade civil, noções elementares de direito processual.

Os 5 sujeitos que responderam não participar de eventos da área, apenas um deles colocou como motivo principal de não participar dos eventos a falta de recursos financeiros. Teve também 3 bibliotecários que não responderam a pergunta (deixaram em branco).

Campello (2000, p. 62) afirma que os eventos científicos oferecem aos participantes a oportunidade de se comunicarem, de poder trocar informações sobre projetos, planejamento de trabalhos em conjuntos, além de oferecer a oportunidade dos novos pesquisadores conhecerem os membros mais antigos, sem contar as inúmeras outras interações que ocorrem nos eventos. Cunha (2001, p. 1) afirma que nos eventos científicos, as informações são transmitidas rapidamente através dos trabalhos apresentados ao invés dos trabalhos publicados, que demoram para ser publicados.

Portanto, os eventos são essenciais para atualização profissional.

4.9 Retorno dos resultados da pesquisa

10 - Você gostaria de receber o retorno dos resultados dessa pesquisa por e-mail?
() SIM () NÃO

Esta questão não será considerada efeito de pesquisa, uma vez que ela tem como intuito saber dos bibliotecários participantes, quais deles gostariam de obter os resultados e a análise da pesquisa. O resultado para o retorno dos resultados será demonstrado no gráfico 18 a seguir,

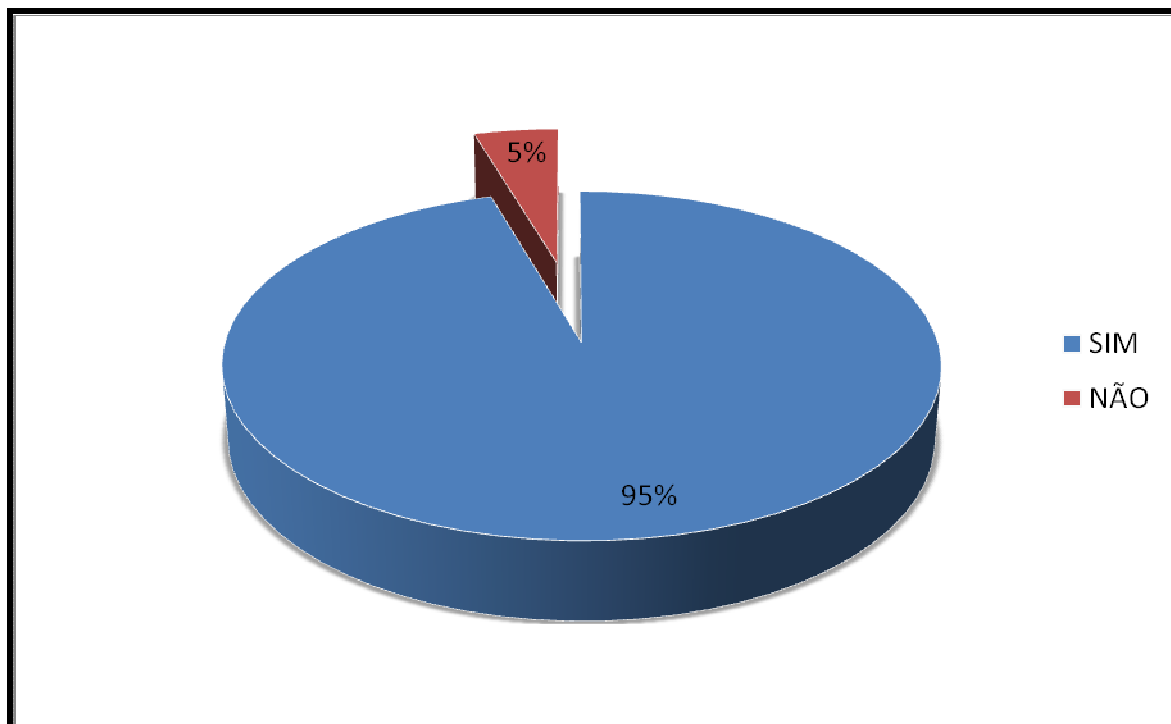


Gráfico 17: Retorno dos resultados obtidos na pesquisa

Dos 22 bibliotecários que responderam o questionário, observa-se o interesse dos 21 bibliotecários que gostariam de estar recebendo o retorno dos resultados da pesquisa, apenas 1 bibliotecário que respondeu não quer.

Os resultados e a análise serão enviados posteriormente aos bibliotecários participantes que desejam recebê-la.

A seguir é apresentado o capítulo referente às conclusões da pesquisa.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Essa pesquisa de Conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina teve por finalidade caracterizar as fontes de informação utilizadas pelos bibliotecários jurídicos do Ministério Público Federal no Brasil.

Durante a investigação foi possível identificar quais as fontes de informação da área jurídica mais utilizadas pelos bibliotecários, destacando as principais fontes da área de direito: Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Através dessa pesquisa foi possível alcançar os objetivos específicos tais como: identificar a quantidade e freqüência de uso das fontes de informação na área jurídica utilizadas pelos bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal. Pode-se identificar que alguns bibliotecários possuem dificuldades ao utilizar as fontes jurídicas, por não conhecerem muito bem os termos adequados na recuperação das informações aos usuários.

Verificou-se que os bibliotecários preferem utilizar em primeiro lugar a legislação em formato digital e utilizam-na diariamente. Para a troca de informações entre os bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal, foi possível identificar que o recurso utilizado diariamente é o correio eletrônico institucional, na qual utilizam com maior freqüência para troca de informações bibliográficas.

Observou-se que a maioria dos bibliotecários acessa sites da área jurídica para manter-se informado, além de utilizar a base de dados do Senado diariamente, acessam os sites da área para se manterem atualizados tanto na área da biblioteconomia como na área jurídica, e participam de eventos de ambas as áreas.

5.1 Recomendações e sugestões para outros estudos de TCC

Ao concluir a pesquisa, se recomenda e sugere que sejam efetuados outros TCC para explorarem com mais atenção outros temas interligados a esta pesquisa. Por exemplo:

- a) Que sejam estudadas as diferentes fontes de informação na web usadas pelos bibliotecários que atuam na área jurídica para identificar semelhanças e diferenças.

- b) Sejam realizados estudos sobre critérios de avaliação das fontes de informação disponibilizadas na web na área jurídica.
- c) Que sejam estudadas as diferenças, vantagens e limitações entre diretórios de busca, bases de dados e portais usados pelos bibliotecários do MPF.
- d) Sejam estudados os eventos mais significativos para bibliotecários do MPF: como participam, no que participam, quais os motivos para participarem de eventos no Brasil e internacionalmente.
- e) Quais os recursos e fontes de informação disponíveis em cada biblioteca do MPF.
- f) Como são realizados os treinamentos dos bibliotecários no MPF?

5.2 Sugestões ao Curso de Biblioteconomia

Sugere-se ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC :

- a) Que ofereça mais disciplinas optativas nas quais os estudantes sejam motivados ou possam buscar direcionamentos na área de atuação jurídica;
- b) Que as fontes de informação da área jurídica sejam exploradas, caracterizadas em disciplinas optativas,
- c) Seja criado um centro de orientação aos estudantes para facilitar a busca da especialização em bibliotecas jurídicas (mercado de trabalho, gestão de ambientes; recuperação da informação on-line, etc.), e
- d) Que os alunos interessados na área de bibliotecas jurídicas cursem disciplinas na área de direito.

O despertar da atenção para ação profissional com o estágio supervisionado e TCC na mesma área possibilita conhecer melhor o campo profissional dos bibliotecários atuantes na área jurídica, seu cotidiano, as dificuldades e principalmente as fontes de informação para realização das atividades e tarefas do desse contexto.

REFERÊNCIAS

ATINEZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Procuradoria Geral da República**. 2008. Disponível em: <<http://cdij.pgr.mpf.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Procuradoria Geral da República**. 2008. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

FERREIRA, Patrícia Helena do Egypto Lucena; MELO, Denise Gomes Pereira de. Procuradoria da República no estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 2, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos2006/Arquivo8.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Difusão, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário jurídico**: seu perfil, seu papel. 2001. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

PASSOS, Edilenice. **O futuro da biblioteca jurídica**. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/futuro-biblioteca-juridica.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

REZENDE, Ana Paula; MACHADO, Valéria Maria. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000.

S. CAP, Alicia. Investigación de fuentes de información jurídica em matéria de discriminación. **Transinformação**, Campinas, 15 (2): 245-258, maio/ago. 2003.

SALES, Rodrigo de. A questão da linguagem usada dentro das organizações: um levantamento bibliográfico. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 99-111, jan./jun., 2007.

SILVA, Laura Patricia da; LIMA, Bartira Dyacui de Souza. Serviço de referência virtual: o uso do correio eletrônico. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 13., 2006, Salvador; SIMPÓSIO DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 3., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFRN, 2006. 1 CD-ROM.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especializados: guia de especialidades e recursos informacionais**. Brasília: Thesaurus, 2005.

TOMAÉL, Maria Inês; CATARINO, Maria Elisabete; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; et. al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet. In: TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Avaliação de fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2004.

TOMAÉL, Maria Inês et al. Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: estudos**, Paraíba, v. 11, n. 2, p. 1-14, 2001.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n1/as_tipologias_variacaoes_.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2008.

APÊNDICE A – Mensagem e questionário enviado por e-mail

Florianópolis, 01 de setembro de 2008.

Prezado (a) Bibliotecário (a),

Sou estudante da 8ª fase do Curso Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e estagiária do Ministério Público Federal/ Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, estou realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso.

O Tema da pesquisa é: “**Fontes de informação utilizada pelos bibliotecários do Ministério Público Federal**” sob a orientação da professora Dra. Ursula Blattmann.

Coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimento pelos e-mail: marceli.andrade@gmail.com ou marceli@prsc.mpf.gov.br até 12/09/2008.

Certa de contar com sua colaboração para concretização desta pesquisa, agradeço antecipadamente a atenção dispensada e respectiva colaboração.

Marceli Pereira de Andrade

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

1. No seu cotidiano, quais as fontes de informação da área jurídica que você mais utiliza para recuperar a informação para seus usuários. Indique a frequência de uso, conforme a legenda. (por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:

Indique 1 para primeiro lugar
Indique 2 para segundo lugar
Indique 3 para terceiro lugar

Quanto à frequência de uso:

a) diária
b) semanal
c) mensal
d) ocasionalmente
e) não utiliza

() Legislação
() Doutrina
() Jurisprudência

2 - Você tem alguma dificuldade ao utilizar as fontes mencionadas na questão anterior?

() SIM () NÃO

Justifique sua resposta. _____

3- Das fontes mais utilizadas, quais delas você só a utiliza em formato digital. Indique a frequência de uso conforme a legenda.(por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:

Indique 1 para primeiro lugar
Indique 2 para segundo lugar
Indique 3 para terceiro lugar

- () Legislação
() Doutrina
() Jurisprudência

Quanto à frequência de uso:

- a) diária
b) semanal
c) mensal
d) ocasionalmente
e) não utiliza

4 - Para a troca de informações com outros bibliotecários da rede de bibliotecas do Ministério Público Federal, quais os recursos que você utiliza. Indique por ordem de preferência, qual a frequência de uso conforme a legenda. (por exemplo: (1a), (2a), (3c).)

Quanto à quantidade de uso:

Indique 1 para primeiro lugar
Indique 2 para segundo lugar
Indique 3 para terceiro lugar

- () GroupWise Messenger (interno)
() Messenger pessoal
() Skype
() Correio eletrônico da empresa
() Correio eletrônico pessoal
() Lista de discussão
() Telefone
() Atos administrativos (Ofício, Memorando, Informação, Relatório, etc.)
() Boletim informativo
() Outros. Especifique: _____

Quanto à frequência de uso:

- a) diária
b) semanal
c) mensal
d) ocasionalmente
e) não utiliza

5 - Em quais situações você utiliza as fontes descritas na questão anterior. Indique o grau de frequência, conforme a legenda.

- a) diária
b) semanal
c) quinzenal
d) mensal
e) não utiliza

() Troca de informações bibliográficas. Especifique: _____

() Troca de informações da área jurídica. Especifique: _____

9 – E na área jurídica, você tem participado de eventos para manter-se atualizado?

Especifique: _____

10 - Você gostaria de receber o retorno dos resultados dessa pesquisa por e-mail?

SIM

NÃO

Grata pela colaboração!

Favor encaminhar este questionário preenchido para Marcell Pereira de Andrade

E-mail: marceli.andrade@gmail.com ou marceli@prsc.mpf.gov.br